

A ética de se ensinar ética médica

Olavo Pires de Camargo^I, Luiz Eugênio Garcez Leme^{II}

Departamento de Ortopedia e Traumatologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP)

O ensino da ética em medicina reveste-se de importância cada vez maior. Este chavão é confirmado pelo número crescente de situações de confronto e desconforto tanto da parte de pacientes quanto de médicos no dia a dia, das quais uma minúscula parte acaba chegando aos conselhos regionais de medicina e/ou aos meios de comunicação e mídias sociais.

Pacientes e médicos podem sentir-se, com alguma frequência, vítimas de descaso, desrespeito, degradação no ato médico. Esta sensação e a consequente confrontação tem como origem diversas fontes que deveriam ser abordadas durante o curso médico.

Muitos de nós, menos jovens, tivemos nosso curso de ética baseado em deontologia, que trata dos deveres, e diceologia, que trata dos direitos dos médicos. As aulas baseavam-se em conceitos enumerados, algumas citações eruditas, alguma história e pouca coisa a mais. Vale dizer que era uma época em que a atenção à saúde era essencialmente “medicocêntrica” e o questionamento das ações médicas, muito raro.

Vivemos, no momento, em um mundo completamente distinto. Ocorre a popularização do ensino médico, caminhando a par de uma queda de qualidade de atenção à saúde por profissionais cada vez menos preparados, atendendo uma comunidade cada vez mais questionadora; a divulgação

de conceitos superficiais e opinativos sobre saúde, sem qualquer crítica, nas redes sociais e a cultura do protagonismo a qualquer custo coloca-nos em outro planeta.

Nesse outro planeta, médicos e pacientes frequentemente encaram-se como adversários, numa atitude autocentrada e defensiva. Procedimentos e protocolos são ensinados e desenvolvidos nem tanto para beneficiar o paciente mas para tornar o ato médico mais “protegido” do ponto de vista jurídico, diminuindo questionamentos e ações às custas de procedimentos complexos e caros cujos objetivos finais passam longe do interesse de médicos e pacientes.

Que tipo de ética pode nortear esta relação? Que limites ela nos impõe? A que poder nos leva?

Referindo-se à ética profissional em geral, a conhecida filósofa e bioeticista espanhola Ana Marta González afirma: “Por vezes pensa-se que a **ética profissional** é um conjunto de regras que limitam a liberdade, e não é! Particularmente no caso da moral, basta aprofundar um pouco para perceber que seu sentido não é outro do que a origem efetivamente antropológica do trabalho humano, de tal forma que não se veja o trabalho simplesmente como uma técnica e a pessoa como um meio a mais no processo de produção. Muito ao contrário, preservar a ordem das coisas exige subordinar o trabalho

^IProfessor titular do Departamento de Ortopedia e Traumatologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP).

^{II}Professor associado do Departamento de Ortopedia e Traumatologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP).

Endereço para correspondência:

Olavo Pires de Camargo
Rua Barata Ribeiro, 490 — 3ª andar — conj. 33
Bela Vista — São Paulo (SP)
CEP 01308-000
Tel. (11) 3123-5620
E-mail: olapcama@uol.com.br

Fonte de fomento: nenhuma declarada — Conflitos de interesse: nenhum declarado

Entrada: 18 de agosto de 2016 — Última modificação: 18 de agosto de 2016 — Aceite: 12 de setembro de 2016

ao homem e não o homem ao trabalho. Neste sentido, a moral deve ser vista como parte integrante do trabalho profissional. Na prática, o trabalho é sempre “o trabalho de uma pessoa”. Colocar a moral como um poder abstrato representa a possibilidade desgraçada de que os produtos humanos voltem-se contra o próprio homem”.¹

Esses conceitos nos podem esclarecer pontos importantes. O desconforto que o relacionamento médico-paciente carrega consigo aparentemente está ligado a uma forte despersonalização em que tanto o profissional como o paciente correm o risco de enxergar-se como, e de fato serem, meios na ação de saúde. Este não sentir-se sujeito mas objeto em qualquer dos polos desta ação carrega consigo a percepção da perda do grau pessoal (degradação) e o consequente e normal instinto de defesa biográfica.

Por outro lado, o texto¹ chama a atenção para a realidade de que a ética profissional deva ser vista como parte integrante de todo o trabalho profissional, constitutiva em sua massa e não apenas um enfeite ou, pior ainda, um instrumento de defesa. Desta forma, ressalta-se a importância de um ensino continuado da ética, assim como se dá o ensino do diagnóstico ou da terapêutica, que não se restringem a um curso básico, certamente necessário, mas impregnam todo o ensino da prática médica em todo o seu curso e em todo o treinamento.

Desta forma, ensinar ética profissional é obrigação de toda a atividade docente do curso médico, de maneira ainda mais importante nos estágios de formação prática como nos anos de internato e residência. Aspectos éticos são tão ou mais importantes para ensino e discussão do que uma adequada abordagem diagnóstica e terapêutica da pessoa doente. Nenhum docente está isento desta obrigação didática, lembrando que o primeiro ensino se dá com o próprio exemplo de uma atenção cuidadosa e pessoal. “Detalhes” como conhecer o nome do paciente, suas características de vida e valores, as queixas que, de fato, o molestam e o levam a procurar a assistência de saúde; respeitar esses valores e desejos e inseri-los nos procedimentos diagnósticos e terapêuticos possíveis são cuidados essenciais no tratamento de pessoas, sujeitos de sua própria saúde e vida, e colocam os limites da ética profissional em seu verdadeiro lugar, de compromisso e de poder prático em fazer o bem objetivo.

O risco referido no final do texto¹ para os que colocam a moral como um poder abstrato de que assumem a “possibilidade desgraçada de que os produtos humanos voltem-se contra o próprio homem” torna-se realidade com meridiana clareza em nosso meio na atualidade. Cabe a todos nós formadores e formados lutarmos para que uma nova e melhor realidade permeie a formação e a relação entre pacientes, famílias e equipes de saúde.

REFERÊNCIAS

1. González AM. El trabajo filosófico. In: Studia et Documenta, Roma: Editora ISJE/Universidade de Navarra. 2014. vol. 8. p. 517.